

nomear Jean Fábio Peverari para exercer o cargo em comissão de Assessor I, Nível CJ-1, da Assessoria de Imprensa e Comunicação Social.

LEDA BANDEIRA

PORTARIA Nº 502, DE 12 DE AGOSTO DE 2014

A DIRETORA-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, com base no inciso I do artigo 9º da Lei nº 8.112/1990, no exercício das competências que lhe foram atribuídas pela Portaria nº 309 TSE, de 15 de maio de 2014, e considerando o contido no Procedimento Administrativo nº 19.561/2014, resolve nomear, em caráter efetivo e observada a ordem de classificação, em virtude de habilitação em concurso público, o candidato Luis Paulo Alves Magalhães, para exercer, neste Tribunal, o cargo de Técnico Judiciário, Área Apoio Especializado, Programação de Sistemas, Classe "A", Padrão 1, em vaga decorrente da posse em outro cargo inacumulável, de Thiago Henrique Fernandes.

LEDA BANDEIRA

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 389 DE 23 DE JULHO DE 2014

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição conferida pelo art. 21, XXVI, do Regimento Interno e considerando o disposto no art. 93, I, da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e na Resolução STJ n. 31 de 27 de setembro de 2012, assim como o que consta do Processo STJ n. 6.427/2014, resolve:

Art. 1º Autorizar a cessão da servidora SUELY DE ALMEIDA BEZERRA, matrícula S053176, ocupante do cargo efetivo de Analista Judiciário, Área Judiciária, para exercer o cargo em comissão de Secretário Parlamentar, código CD-CC-SP-01, na Câmara dos Deputados, pelo prazo de um ano.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. FELIX FISCHER

**CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
SECRETARIA-GERAL**

PORTARIA Nº 334, DE 5 DE AGOSTO DE 2014

A SECRETÁRIA-GERAL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando da atribuição conferida pelo art. 54, inciso I, da Resolução n. 03, de 10 de março de 2008, resolve:

DESIGNAR a servidora LUANA CARVALHO DE ALMEIDA, matrícula 637, Técnico Judiciário, Classe "B", Padrão 07, do Quadro de Pessoal do Conselho da Justiça Federal, para exercer, em substituição, diante do impedimento do substituto eventual, o cargo em Comissão de Subsecretária, Código CJ-2, da Subsecretaria de Acompanhamento e Orientação da Gestão da Secretaria de Controle Interno, no período de 18/08/2014 a 29/08/2014, tendo em vista que o titular, RAFAEL DE FIGUEIREDO SANTOS, matrícula 702, estará participando de inspeção no Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

EVA MARIA FERREIRA BARROS

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

PORTARIA Nº 61, DE 12 DE AGOSTO DE 2014

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e de acordo com o disposto no inciso I e § 3º do art. 93 da Lei nº 8.112/90, com a redação dada pelo art. 22 da Lei nº 8.270/91, no art. 3º do ATO.SRLP.SERH.GDCA.GPNº 316/2006, e tendo em vista o constante do Processo TST nº 501.313/2008-3, resolve:

Colocar à disposição da Procuradoria-Geral da República, pelo prazo de um ano, a contar de 13/8/2014, a servidora ANA CLÁUDIA BRAGA MENDONÇA, código 25251, Técnica Judiciária, Área Administrativa, Classe C, Padrão 13, do Quadro de Pessoal da Secretaria deste Tribunal, para o exercício de cargo em comissão.

Min. ANTONIO JOSÉ DE BARROS
LEVENHAGEN

SECRETARIA

ATO Nº 468, DE 8 DE AGOSTO DE 2014

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, considerando o constante do memorando nº 56, de 7/8/2014, da Secretaria da 6ª Turma, resolve:

1 - Dispensar a servidora MONICA SOUZA MARAGNO, código 21350, Analista Judiciário, Área Apoio Especializado, Especialidade Taquigrafia, da função comissionada de Assistente 2, Nível FC-2, da Tabela de Funções Comissionadas da Secretaria da 6ª Turma.

2 - Designar a servidora MONICA SOUZA MARAGNO, código 21350, Analista Judiciário, Área Apoio Especializado, Especialidade Taquigrafia, para exercer a função comissionada de As-

sistente 3, Nível FC-3, da Tabela de Funções Comissionadas da Secretaria da 6ª Turma, em vaga decorrente da dispensa da servidora Aida Jalal Mohed Karajah.

GUSTAVO CARIBÉ DE CARVALHO

ATO Nº 469, DE 12 DE AGOSTO DE 2014

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regulamentares,

considerando o constante do memorando nº 37, de 27/6/2014, do Gabinete do Ex.mo Sr. Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, resolve:

1 - Dispensar a servidora SANDRA OLIVEIRA DE SOUSA COSSETI, código 43536, Técnico Judiciário, requisitada do Tribunal Regional Eleitoral-DF, da função comissionada de Assistente 2, Nível FC-2, da Tabela de Funções Comissionadas do Gabinete do Ex.mo Sr. Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira.

2 - Designar a servidora SANDRA OLIVEIRA DE SOUSA COSSETI, código 43536, Técnico Judiciário, requisitada do Tribunal Regional Eleitoral-DF, para exercer a função comissionada de Assistente 4, Nível FC-4, da Tabela de Funções Comissionadas do Gabinete do Ex.mo Sr. Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, em vaga decorrente da dispensa do servidor Alexandre Ponte Araújo.

GUSTAVO CARIBÉ DE CARVALHO

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

ATO Nº 835, DE 12 DE AGOSTO DE 2014

A MINISTRA-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 6º, inciso XXV, do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Processo nº 068179/2014 - DIPES/SEINA, de 07 de agosto de 2014,

CONSIDERANDO o falecimento da Srª Carmem Lopes Guimarães, pensionista do ex-servidor Alberto Hortêncio Ferreira Guimarães, ocorrido em 27 de junho de 2014, resolve:

REVERTER, a contar de 27 de junho de 2014, a cota-parte da pensão vitalícia mantida pelo Ato nº 10.378, de 19 de abril de 1993, percebida pela Srª Carmem Lopes Guimarães, viúva do ex-servidor Sr. Alberto Hortêncio Ferreira Guimarães, falecido em 19 de dezembro de 1988, em favor da Srª KÁTIA SILENE GUIMARÃES, resultando-lhe 100% (cem por cento) do benefício pensional, consoante o disposto no artigo 7º, inciso I, da Lei nº 3.373/1958.

MARIA ELIZABETH GUIMARÃES TEIXEIRA
ROCHA

ATO Nº 836, DE 12 DE AGOSTO DE 2014

A MINISTRA-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 6º, inciso XXV, do Regimento Interno, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, inciso I, da Lei nº 8.112/90, e nos artigos 7º e 8º, inciso I, da Lei nº 11.416/06, resolve:

NOMEAR, tendo em vista a habilitação em concurso público realizado por esta Corte, CARLA BASTIANI RUVIARO, para exercer, em vaga decorrente da aposentadoria de Pedro Clayton da Silva Tavares, o cargo de ANALISTA JUDICIÁRIO, área Judiciária, classe "A", padrão 1, nível superior, do Quadro Permanente das Auditorias da Justiça Militar da União, com designação para ter exercício junto à 3ª Auditoria da 3ª CJM.

MARIA ELIZABETH GUIMARÃES TEIXEIRA
ROCHA

ATO Nº 837, DE 12 DE AGOSTO DE 2014

A MINISTRA-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 6º, inciso XXV, do Regimento Interno, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, inciso I, da Lei nº 8.112/90, e nos artigos 7º e 8º, inciso II, da Lei nº 11.416/06, resolve:

NOMEAR, tendo em vista a habilitação em concurso público realizado por esta Corte, JOÃO BATISTA DE SENA BEZERRA, para exercer, em vaga decorrente da aposentadoria de Maria José de Freitas, o cargo de TÉCNICO JUDICIÁRIO, área Administrativa, classe "A", padrão 1, nível intermediário, do Quadro Permanente das Auditorias da Justiça Militar da União, com designação para ter exercício junto à 1ª Auditoria da 2ª CJM.

MARIA ELIZABETH GUIMARÃES TEIXEIRA
ROCHA

**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL
DA 1ª REGIÃO**

ATO Nº 1.410, DE 8 DE AGOSTO DE 2014

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na ADPF 132/RJ, na ADIn 4.277/DF, no Acórdão 2.094/2012-TCU/Plenário e que consta do PA 4.620/2014 - TRF1, resolve:

CONCEDER PENSÃO VITALÍCIA a SAFIRA BARROS SARAIVA, companheira da ex-servidora aposentada MARIA DAS GRAÇAS ALVES NASCIMENTO, da Seção Judiciária do Estado de Goiás, nos termos do art. 40, § 7º, inciso I, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional 41/2003, c/c o art. 2º, inciso I, parágrafo único, da Lei 10.887/2004, e arts. 215, 217, inciso I, alínea "c", da Lei 8.112/90, a partir de 17/04/2014, data do óbito da ex-servidora.

Des. CÂNDIDO RIBEIRO

ATO Nº 1.413, DE 8 DE AGOSTO DE 2014

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do PA 4.195/2014-TRF1, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA à servidora ERENI ELISABET GRAEF FELIPSEN, Técnica Judiciária, Área Administrativa, Nível Intermediário, Classe, "C", Padrão 13, do Quadro de Pessoal da Justiça Federal de Primeira Instância, Seção Judiciária do Estado do Pará, Subseção Judiciária de Santarém, com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional 47/2005 e com a vantagem prevista no art. 15, § 1º, da Lei 9.527/97 e art. 62-A da Lei 8.112/90.

Des. CÂNDIDO RIBEIRO

ATO Nº 1.438, DE 8 DE AGOSTO DE 2014

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do PA 7458/2013-TRF1, resolve:

NOMEAR, nos termos dos arts. 9º, I, e 10 da Lei 8.112/1990, c/c a Lei 11.416/2006, a candidata MOARA CARLA GALVAO DE OLIVEIRA, aprovada no 5º Concurso Público realizado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região em convênio com a Fundação Carlos Chagas, para exercer o cargo efetivo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Nível Intermediário, Classe "A", Padrão 01, pertencente ao Quadro de Pessoal da Justiça Federal de Primeira Grau, Seção Judiciária do Estado da Bahia, Subseção Judiciária de Irecê, em cargo criado pela Lei 12011/2009.

Des. CÂNDIDO RIBEIRO

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MATO
GROSSO DO SUL**

PORTARIA Nº 125, DE 8 DE AGOSTO DE 2014

O DESEMBARGADOR JOÃO MARIA LÓS, PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das prerrogativas que lhe são conferidas pelo artigo 22, inciso XII da Resolução TRE/MS nº 170, de 18.12.97, Regimento Interno deste Tribunal, combinado com o artigo 78 da Resolução TRE/MS nº 471, de 26.03.2012,

CONSIDERANDO a existência de cargos vagos no Quadro Permanente de Pessoal deste Tribunal Regional Eleitoral,

CONSIDERANDO a homologação do VI Concurso Público em 06 de setembro de 2013, através do Edital nº 14, de 4 de setembro de 2013, publicado no Diário Oficial da União - Seção 3, nº 173;

CONSIDERANDO que a candidata JULIANA LACERDA PEREIRA, nomeada para o cargo de Analista Judiciário - Área Judiciária por ter sido aprovada em 4º lugar no VI Concurso Público realizado por este TRE-MS, não tomou posse no prazo previsto nos §§ 1º e 2º do art. 13 da Lei nº 8.112/90, sendo o ato de sua nomeação tornado sem efeito através da Portaria nº 118/2014-PRE, de 25 de julho de 2014, publicada no DOU - Seção 2, nº 144, pág. 61, de 30 de julho de 2014;

CONSIDERANDO a declaração da vacância do cargo de Técnico Judiciário - Área Administrativa, decorrente de exoneração a pedido do servidor, anteriormente ocupado pela servidora LAURA CRISTINA MATTOS, efetivada através da Portaria nº 119/2014-PRE, de 31 de julho de 2014, publicada no DOU - Seção 2, nº 148, pág. 52, de 5 de agosto de 2014; resolve:

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do artigo 9º, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11.12.1990, a candidata MICHELE VANESSA DO NASCIMENTO, para exercer em caráter efetivo, em virtude de aprovação em 5º lugar no VI Concurso Público realizado por este Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, o cargo da carreira judiciária de ANALISTA JUDICIÁRIO, Área de Atividade Judiciária, Nível Superior, Classe A, Padrão 1, do Quadro Permanente de Pessoal deste Tribunal, em vaga criada pela Lei nº 6.893, de 15/12/1980, anteriormente ocupada por EURÍPEDES MELHORANÇA, aposentado voluntariamente.

Art. 2º. NOMEAR, nos termos do artigo 9º, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11.12.1990, o candidato BRUNNO MUNIZ COSTA, para exercer em caráter efetivo, em virtude de aprovação em 28º lugar no VI Concurso Público realizado por este Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, o cargo da carreira judiciária de TÉCNICO JUDICIÁRIO, Área de Atividade Administrativa, Nível Médio, Classe A, Padrão 1, do Quadro Permanente de Pessoal deste Tribunal, em vaga criada pela Lei nº 6.893, de 15/12/1980, anteriormente ocupada por LAURA CRISTINA MATTOS, exonerada a pedido.